UFSM

RGC
Revista de Gestão e Organizações Cooperativas



ISSN 2359-0432
ACESSO ABERTO

RGC, Santa Maria, v. 13, n. 25, e94632, 2026 • https://doi.org/10.5902/2359043294632
Submissão: 17/02/2025 • Aprovação: 25/06/2025 • Publicação: 20/10/2026

EBPC

Participação feminina e os princípios da governança cooperativa: uma revisão sistemática

Female participation and the principles of cooperative governance: a systematic review

Participación femenina y los principios de la gobernanza cooperativa: una revisión sistemática

Estéfane Souza[I], **Mateus de Carvalho Reis Neves**[I]

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

RESUMO

Este trabalho investigou como os artigos acadêmicos abordam a participação feminina no cooperativismo sob a ótica dos princípios da governança cooperativa. A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, utilizando o protocolo PRISMA. Como fonte de pesquisa, foi adotado o Google Acadêmico, aplicando-se o filtro "no título do artigo". As palavras-chave utilizadas foram: mulheres no cooperativismo, mulheres e cooperativismo, gênero e cooperativismo e mulheres cooperativas. Inicialmente foram identificadas 60 publicações, das quais, após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, resultaram 12 artigos. Esses trabalhos tratam da presença das mulheres em cooperativas, considerando a aplicação ou ausência dos princípios de Autogestão, Senso de Justiça, Transparência, Educação e Sustentabilidade. Os resultados indicam que, embora existam iniciativas voltadas à inclusão feminina, elas raramente articulam os princípios da governança de forma estratégica e explícita. A aplicação integrada desses princípios pode fortalecer a equidade de gênero e ampliar a participação das mulheres, especialmente em espaços de liderança, ainda limitados por barreiras estruturais. Conclui-se que é necessária maior integração teórica e prática entre a governança cooperativa e as estratégias de inclusão, bem como mais dados sobre a atuação feminina no cooperativismo brasileiro.

Palavras-chave: Cooperativismo; Participação feminina; Governança cooperativa; Revisão sistemática; Inclusão

Artigo publicado por Revista de Gestão e Organizações Cooperativas sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

ABSTRACT

This study investigated how academic articles address female participation in cooperativism from the perspective of cooperative governance principles. The bibliographic research was conducted through a systematic literature review using the PRISMA protocol. As a research source, Google Scholar was adopted, applying the filter "in the title of the article". The keywords used were: women in cooperativism, women and cooperativism, gender and cooperativism, and cooperative women. Initially, 60 publications were identified, from which, after applying the inclusion and exclusion criteria, 12 articles resulted. These works address women's involvement in cooperatives, considering the application or absence of the principles of Self-Management, Sense of Justice, Transparency, Education, and Sustainability. The findings indicate that, although initiatives aimed at promoting female inclusion do exist, they rarely articulate governance principles strategically and explicitly. The integrated application of these principles can strengthen gender equity and enhance women's participation, especially in leadership positions, which remain limited due to structural barriers. The study concludes that greater theoretical and practical integration between cooperative governance and inclusion strategies is needed, as well as more comprehensive data on women's participation in Brazilian cooperatives.

Keywords: Cooperativism; Women's participation; Cooperative governance; Systematic review; Inclusion

RESUMEN

Este trabajo investigó cómo los artículos académicos abordan la participación femenina en el cooperativismo desde la perspectiva de los principios de la gobernanza cooperativa. La búsqueda bibliográfica se realizó mediante una revisión sistemática de la literatura, utilizando el protocolo PRISMA. Como fuente principal de información se empleó Google Académico, aplicando el filtro "en el título del artículo". Las palabras clave utilizadas fueron: mujeres en el cooperativismo, mujeres y cooperativismo, género y cooperativismo y mujeres cooperativas. Inicialmente se identificaron 60 publicaciones y, tras la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 12 artículos. Estos trabajos analizan la presencia de las mujeres en cooperativas, considerando la aplicación o ausencia de los principios de Autogestión, Sentido de Justicia, Transparencia, Educación y Sostenibilidad. Los resultados indican que, aunque existen iniciativas orientadas a la inclusión femenina, estas rara vez articulan los principios de la gobernanza de forma estratégica y explícita. La aplicación integrada de dichos principios puede fortalecer la equidad de género y ampliar la participación de las mujeres, especialmente en los espacios de liderazgo, todavía restringidos por barreras de carácter estructural. Se concluye que es necesaria una mayor articulación teórica y práctica entre la gobernanza cooperativa y las estrategias de inclusión, así como una mejora en la disponibilidad de datos sobre la actuación femenina en el cooperativismo brasileño.

Palabras clave: Cooperativismo; Participación de las mujeres; Gobernanza cooperativa; Revisión sistemática; Inclusión

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento social e econômico que se materializa por meio das cooperativas, organizações voltadas ao bem-estar coletivo a partir da cooperação nas atividades econômicas (Sales, 2010). Ainda que a prática cooperativa seja ancestral, sua formalização ocorreu em resposta às condições de precariedade e desigualdade da Revolução Industrial, com destaque para a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, composta majoritariamente por homens, com apenas uma mulher entre os 28 membros fundadores (Daller, 2015).

As cooperativas são orientadas por sete princípios, entre os quais se destaca a Adesão Livre e Voluntária, que pressupõe espaços abertos à diversidade e à equidade de gênero (OCB, s.d.). Nesse contexto, a governança cooperativa emerge como modelo estratégico pautado nesses princípios, buscando equilibrar interesses sociais e sustentabilidade econômica por meio de práticas éticas e democráticas (OCB, 2022). Embora inspirada na governança corporativa, da qual herda aspectos estruturais (Ramos; Martinez, 2006), distingue-se ao valorizar a participação efetiva dos cooperados, especialmente no que tange ao bem-estar social e à justiça organizacional.

Os cinco princípios da governança cooperativa (Autogestão, Senso de Justiça, Transparência, Educação e Sustentabilidade) orientam a condução das cooperativas, sendo o Senso de Justiça particularmente relevante para a construção de ambientes inclusivos e equitativos (OCB, 2022). Contudo, persistem desafios estruturais à participação plena das mulheres. Em 2023, elas representavam 41% do quadro social e 52% dos colaboradores, mas ocupavam apenas 23% das posições de liderança nas cooperativas brasileiras (OCB, 2024).

Apesar de avanços na inserção feminina em diferentes funções, as desigualdades de gênero são apenas mitigadas, não superadas (Amaral, 2012). A adoção de boas práticas de governança que promovam diversidade e inclusão pode constituir caminho efetivo para ampliar a presença das mulheres, sobretudo em espaços decisórios. Analisar como essa

dinâmica se manifesta no contexto cooperativo é, portanto, fundamental para compreender se as cooperativas tendem a transformar ou a reproduzir desigualdades de gênero.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral investigar como a literatura acadêmica nacional aborda a participação feminina sob a ótica dos princípios da governança cooperativa. A escolha dessa articulação se justifica pela relevância da governança como instrumento para o desenvolvimento equitativo e sustentável das cooperativas. Além de preencher uma lacuna teórica, o trabalho dialoga com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Nações Unidas Brasil, 2015), ao reforçar a importância da igualdade de gênero e do empoderamento feminino como metas globais. Espera-se, assim, oferecer subsídios para pesquisas e práticas que fortaleçam a inclusão e a visibilidade das mulheres no cooperativismo, contribuindo para modelos organizacionais mais justos e sustentáveis.

Além desta introdução, o trabalho organiza-se em quatro seções: o referencial teórico (Seção 2), os procedimentos metodológicos (Seção 3), a apresentação e discussão dos resultados (Seção 4) e, por fim, as considerações finais (Seção 5).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentados os princípios da governança cooperativa que orientam a atuação das cooperativas e constituem o principal referencial analítico deste estudo. Parte-se do entendimento de que esses princípios expressam valores e diretrizes de organização, gestão e participação nas cooperativas e, por isso, podem ser utilizados como “lentes” para interpretar de que forma a literatura tem abordado a inserção das mulheres nesses espaços. Ao longo dos subitens, cada princípio é caracterizado em termos conceituais e, ao final, discute-se de modo sintético como esses elementos podem se relacionar com a promoção da participação feminina e da equidade de gênero no cooperativismo.

2.1 Princípios de governança cooperativa

2.1.1 Autogestão

A autogestão constitui um modo de atuação coletiva em que as ações sociais são definidas e conduzidas pelos próprios membros do grupo (Cattani, 2003). Envolve participação, diálogo e autonomia, configurando prática social baseada no esforço conjunto, compartilhamento de poder, resultados e responsabilidades.

No contexto das cooperativas, a Autogestão se materializa quando os associados assumem a direção da organização por meio de instâncias legítimas e democráticas (OCB, 2022). Nessa condição, tornam-se corresponsáveis pela prestação de contas e pela manutenção da transparência. O princípio guarda estreita relação com a Gestão Democrática, que favorece a participação dos cooperados nos espaços de governança (Fontes Filho; Ventura; Oliveira, 2008).

O engajamento dos associados contribui para o aumento da confiança, do sentimento de pertencimento e da eficácia da gestão (Trindade; Bialoskorski Neto, 2012). Por isso, é fundamental que as cooperativas adotem medidas que incentivem a participação ativa, condição essencial para o fortalecimento da autogestão.

2.1.2 Senso de justiça

O Senso de Justiça pode ser compreendido como a capacidade de formular juízos sobre o que é considerado justo, a partir de percepções individuais ou coletivas (Ghisleni; Spengler, 2011). No ambiente organizacional, esse conceito se aproxima da justiça organizacional (Abbas; Wu, 2021), contribuindo para relações de respeito e colaboração, nas quais os sujeitos se percebem valorizados e tratados de forma equitativa.

No cooperativismo, o Senso de Justiça refere-se ao princípio segundo o qual os cooperados devem ser tratados com igualdade e equidade (OCB, 2022). Vincula-se, assim, ao princípio da Adesão Livre e Voluntária, que busca garantir que todas as pessoas interessadas possam integrar a cooperativa em condições justas. Sua efetivação depende da governança cooperativa, que incorpora a justiça como diretriz das práticas de gestão.

Em organizações em que convivem dimensões econômica e social, como as cooperativas, a gestão adequada do quadro social é indispensável (Sousa *et al.*, 2013). O fortalecimento do desempenho econômico está condicionado à valorização da dimensão social, o que reforça a relevância de práticas pautadas na justiça e na boa governança.

2.1.3 Transparência

Em seu sentido original, transparência remete à capacidade de ver através de determinado elemento, ainda que parcialmente (Gomes; Amorim; Almada, 2018). Nas organizações, refere-se à possibilidade de que processos e decisões sejam compreendidos pelos envolvidos, com compromisso de clareza e acessibilidade, ainda que nem todas as informações sejam divulgadas de forma irrestrita.

Como princípio de governança cooperativa, a Transparência busca assegurar o acesso às informações relevantes sobre a cooperativa, indo além das exigências legais e promovendo uma cultura de abertura e confiança (OCB, 2022). Nesse contexto, a comunicação assume papel central na consolidação de práticas transparentes.

Quando mal conduzida, a comunicação pode comprometer a compreensão e gerar novos desafios (Sousa *et al.*, 2013). A educação cooperativista surge, então, como elemento estratégico para ampliar o entendimento dos cooperados e qualificar sua participação. O engajamento dos membros é essencial para uma governança clara e acessível, fortalecendo a Transparência (Bialoskorski Neto, 2007).

2.1.4 Educação

Enquanto processo social, a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, favorecendo a formação de sujeitos críticos e autônomos e contribuindo para uma sociedade mais equitativa (BESERRA, 2024). No âmbito da governança cooperativa, o princípio da Educação enfatiza a necessidade de capacitar o quadro social, formar lideranças e fortalecer a autogestão, a doutrina cooperativista e a sustentabilidade das cooperativas (OCB, 2022).

CC BY NC SA

Nas cooperativas, consolida-se a noção de educação cooperativista, que auxilia os associados a compreenderem seu duplo papel, enquanto usuários e gestores da organização, e estimula a participação ativa (Schneider; Hendges, 2006). As práticas educativas contribuem para a consolidação dos valores cooperativos e para a formação de lideranças (ACI, 2013), devendo ser adaptadas às características do quadro social, com estratégias inclusivas de comunicação e aprendizagem.

A Organização do Quadro Social (OQS) constitui ferramenta estratégica da educação cooperativista, ao criar canais estruturados de comunicação entre associados e cooperativa, favorecendo trocas de informação e ambientes de aprendizagem mais inclusivos (Macedo; Sousa; Amodeo, 2014).

2.1.5 Sustentabilidade

A sustentabilidade pressupõe um modelo de desenvolvimento que concilia crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social, visando qualidade de vida presente e futura (Claro; Claro; Amâncio, 2008). No meio corporativo, o conceito passou a ser amplamente utilizado, inclusive por razões comerciais, consolidando-se como possível diferencial competitivo e fator de perenidade organizacional (LIMA, 2006).

Para que a sustentabilidade seja efetiva, são necessários mecanismos concretos de aplicação e monitoramento, integrando princípios sustentáveis à rotina das organizações. Tanto empresas convencionais quanto cooperativas podem adotar instrumentos de gestão voltados à melhoria do desempenho institucional, entre os quais se destaca a governança (Oliveira; Guimarães, 2021).

No cooperativismo, o princípio da Sustentabilidade orienta a criação e a manutenção de valor em todas as relações, considerando dimensões culturais, ambientais, sociais e econômicas, com foco na longevidade das cooperativas (OCB, 2022). Trata-se, portanto, de ferramenta estratégica que deve estar articulada a valores democráticos e à gestão responsável, reforçando o compromisso de longo prazo com os fundamentos do movimento cooperativista (ACI, 2013).

CC BY NC SA

2.2 Participação feminina e governança cooperativa

Considerando os desafios enfrentados pelas mulheres no ambiente cooperativo, é fundamental compreender como os princípios da governança cooperativa podem atuar como instrumentos facilitadores da inclusão feminina. A seguir, no Quadro 1, apresenta-se uma síntese teórica que relaciona cada princípio da governança cooperativa às práticas de promoção da equidade de gênero, fundamentada nas discussões presentes na literatura revisada e em referenciais teóricos complementares.

Quadro 1– Relações entre os princípios da governança cooperativa e a inclusão feminina

Princípio	Relações com a inclusão feminina	Referências
Autogestão	Estimula a participação ativa das mulheres nos processos decisórios, ampliando seu protagonismo na gestão e liderança das cooperativas. Fortalece o sentimento de pertencimento e encoraja a ocupação de espaços estratégicos.	Baldissarelli *et al.* (2018); OCB (2022); Trindade e Bialoskorski Neto (2012); Vedana *et al.* (2020)
Senso de Justiça	Promove a equidade nas oportunidades de participação e ascensão profissional, combatendo práticas discriminatórias de gênero e incentivando a revisão de normas institucionais excludentes.	Abbas e Wu (2021); Baldissarelli *et al.* (2018); Magalhães e Hoeckel (2022)
Transparência	Facilita o acesso das mulheres a informações relevantes sobre a gestão e oportunidades dentro da cooperativa, reduzindo assimetrias informacionais que limitam sua participação qualificada.	Salvaro, Estevam e Felipe (2014); OCB (2022)
Educação	Oferece formação técnica e de liderança voltada às mulheres, capacitando-as para atuar de forma mais efetiva e consciente nos espaços de decisão e na gestão cooperativa.	ACI (2013); Baldissarelli *et al.* (2018); Schneider e Hendges (2006); Vedana *et al.* (2020)
Sustentabilidade	Reconhece a diversidade e a inclusão de gênero como elementos estratégicos para a perenidade da cooperativa, estimulando práticas de responsabilidade social que valorizam a participação feminina.	ACI (2013); Alves, Procópio e Gonçalves (2022); Magalhães e Hoeckel (2022); OCB (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se refere a uma pesquisa exploratória descritiva, que, segundo Gil (2002), objetiva expandir o conhecimento sobre determinado assunto ainda pouco discutido e descrever características de um grupo ou evento, podendo também investigar relações entre variáveis. Essa abordagem foi adotada devido ao estudo do fenômeno da participação feminina nas cooperativas, temática historicamente subvalorizada e pouco explorada, alinhada à perspectiva dos princípios da governança cooperativa.

Em meio às estratégias de pesquisas usuais, utilizou-se a documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já existentes, de modo que o pesquisador contará com obras de diversos autores sobre a temática estudada. Sendo assim, o presente trabalho desenvolveu uma revisão sistemática, que, conforme Galvão e Ricarte (2019), é uma modalidade de pesquisa que possui uma estrutura com protocolos específicos, a fim de garantir a transparência e reprodutibilidade de um estudo.

Nesse sentido, aplicou-se Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). De acordo com Galvão e Ricarte (2019), esta é uma das ferramentas utilizadas para a constatação de parâmetros mínimos de qualidade das revisões de literatura. O PRISMA auxilia na padronização e rigor metodológico da revisão sistemática de literatura, desde a metodologia à apresentação dos resultados.

A plataforma Google Acadêmico foi utilizada como fonte de pesquisa por concentrar amplo volume de artigos publicados em periódicos acadêmicos nacionais. Reconhece-se, entretanto, que essa base reúne produções de naturezas e qualidades variadas, o que pode dificultar a identificação imediata dos estudos mais aderentes ao escopo científico deste trabalho. Essa limitação reforçou a necessidade de definição prévia de um protocolo de busca e de critérios mínimos de qualidade, bem como de um esforço de leitura e triagem cuidadoso por parte da pesquisadora, de modo a selecionar, dentre um conjunto inicial mais amplo, os artigos que efetivamente tratam da participação feminina no cooperativismo sob a ótica da governança cooperativa.

Os artigos acadêmicos foram a fonte de consulta escolhida, em virtude da qualidade potencial em comparação a outros tipos de publicações. Foram selecionados apenas trabalhos brasileiros, que abordaram temáticas envolvendo o cooperativismo ou cooperativas no país. Não houve restrição de período de publicação, com o intuito de incluir o máximo de referências consideráveis para a pesquisa.

Para a busca dos trabalhos foram utilizadas as palavras-chave: mulheres no cooperativismo, mulheres e cooperativismo, gênero e cooperativismo, cooperativismo feminino, mulheres cooperativas. Na opção "Pesquisa avançada" utilizou-se o filtro "no título do artigo", para que os termos pesquisados estivessem presentes nos títulos, visando a diminuição de estudos sem relação direta com a temática. Além disso, esses termos foram inseridos na caixa de busca sem a utilização de aspas, fazendo com que fossem encontrados em qualquer ordem.

Os trabalhos selecionados foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel, onde foram identificados 60 registros iniciais. Posteriormente, a fim de identificar a presença de repetições, utilizou-se a funcionalidade "Remover Duplicatas", e constatou-se a existência de 9 estudos repetidos, totalizando 18 ocorrências duplicadas. Logo, a remoção foi realizada e restaram 51 registros únicos.

Subsequentemente, houve a seleção de artigos acadêmicos, o que resultou na exclusão de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, resumos expandidos e outras publicações de menor rigor metodológico, bem como de 1 artigo que abordava cooperativas de outro país. Após essa etapa, restaram 14 obras que atenderam aos critérios estabelecidos para a continuidade da análise. Além disso, a revisão por pares identificou 2 publicações provenientes de eventos científicos, as quais não foram incluídas na revisão sistemática. Desse modo, a amostra final ficou composta por 12 artigos científicos.

Durante o processo de triagem evidenciam-se diversos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos, para garantir a seleção dos estudos e a padronização esperada do método PRISMA. O Quadro 2 realiza uma síntese visual desses fatores utilizados:

CC BY NC SA

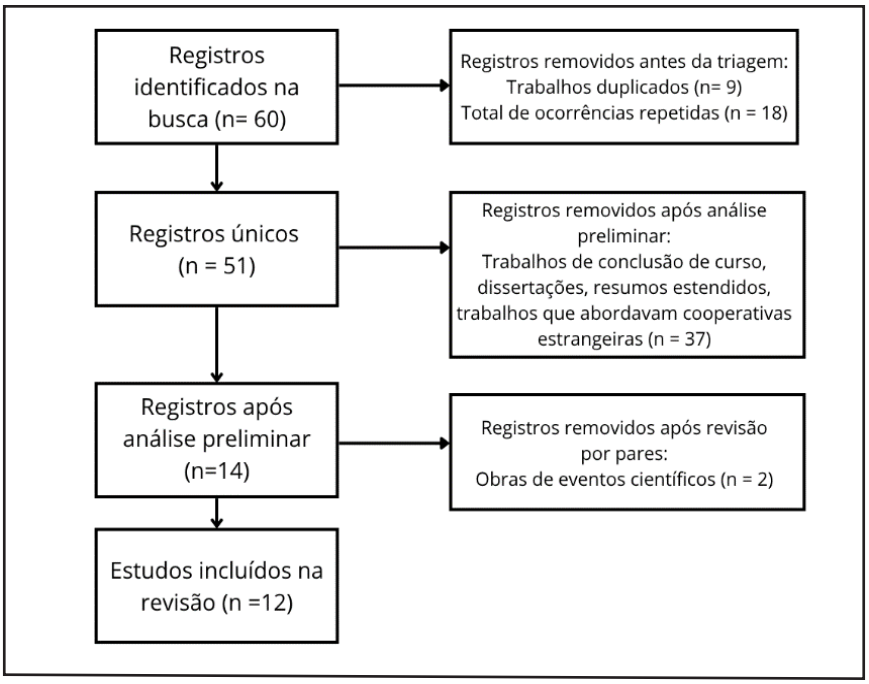
Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão de trabalhos

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Estudos que possuem as palavras-chave nos títulos	Estudos que não possuem as palavras-chave nos títulos
Trabalhos em língua portuguesa e sobre o cooperativismo e cooperativas brasileiras	Trabalhos em outros idiomas e sobre o cooperativismo e cooperativas de outro país
Trabalhos únicos	Trabalhos duplicados ou cópias
Trabalhos que possuem resumo	Trabalhos que não possuem resumo
Artigos científicos integralmente publicados	Trabalhos de conclusão de curso, dissertações, obras de eventos científicos, resumos expandidos, entre outros trabalhos

Fonte: Elaborado pelos autores

Em busca de propiciar uma clara visão e compreensão do processo de seleção dos trabalhos, apresenta-se, adiante, o fluxograma PRISMA. Esse diagrama da Figura 1 ilustra, de maneira sequencial, as etapas de identificação, triagem e elegibilidade dos estudos analisados, evidenciando a aplicação dos critérios previamente estabelecidos.

Figura 1– Fluxograma PRISMA



Fonte: Adaptado e traduzido de Page *et al*. (2022)

4 RESULTADOS

4.1 Características dos artigos da revisão sistemática

Após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão determinados na metodologia, 12 artigos científicos foram selecionados para compor a análise final deste trabalho, conforme pode ser verificado no Quadro 3. Dentre esses, um foi publicado em boletim técnico institucional e os demais em revistas científicas, com corpo editorial e política de revisão por pares.

Quadro 3 – Artigos científicos investigados

(Continua...)

Títulos	Autores(as)	Instituições	Ano	Publicação
A Inserção das Mulheres no Cooperativismo Videirense	Baldissarelli, J. M.; Klaes, L. S.; Bernardy, T. A. D. S.; Hülse, L.	Universidade do Alto do Vale do Rio de Peixe	2018	Revista Visão: Gestão Organizacional
As Mulheres no Cooperativismo e nas Cooperativas Rurais	Silva, M. L. S. D.; Moura, R. A. D.; Cardoso, O. P.; Milagres, S. F. C.	Universidade Federal do Tocantins	2023	Revista Humanidades e Inovação
Cooperativismo de Crédito Feminino e o Crescimento Econômico Regional no Brasil	Magalhães, K. M.; Hoeckel, P. H.	Universidade Federal da Grande Dourados	2022	Revista Economia Política do Desenvolvimento
Cooperativismo e Mulheres: Um Estudo de Caso em uma Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste de Minas Gerais	Alves, K. D. C.; Procópio, L. F.; Gonçalves, M. C. D. S.	Faculdade Cidade de João Pinheiro	2022	Revista Altus Ciência
C Cooperativismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda para Equidade Racial e de Gênero	Lopes, I. D. S.; Costa, B. A. L.; Silva, G. L. R. D.; Olídia, C.	Universidade Federal de Viçosa	2022	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional
Cooperativismo no Bairro Vergel do Lago na Lagoa Mundaú - Maceió, Alagoas e a Criação da (COOPMARIS)	Milani, A. M. R.; Oliveira, R. S. D.	Universidade Federal de Alagoas	2021	A Revista da Geografia do Trabalho
Cooperativismo, Empoderamento Feminino e Transição Geracional no Oeste do Paraná	Vedana, R.; Arends-Kuenning, M. P.; Shikida, P. F. A.; Garcias, M. D. O.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2020	IPEA - Boletim Regional, Urbano e Ambiental

Quadro 3 – Artigos científicos investigados

(Conclusão)

Títulos	Autores(as)	Instituições	Ano	Publicação
Diversidade Racial e de Gênero: Análise da Comunicação do Cooperativismo de Crédito	Cardoso, J. S. M.; Lopes, I. D. S.	Universidade Federal de Viçosa	2021	Revista de Gestão e Organizações Cooperativas
Mulheres em Cooperativas Rurais Virtuais: Reflexões Sobre Gênero e Subjetividade	Salvaro, G. I. J.; Estevam, D. D. O.; Felipe, D. F.	Universidade do Extremo Sul Catarinense	2014	Psicologia: ciência e profissão
Participação das Mulheres em Cooperativas da Agricultura Familiar em Santa Catarina	Leite, J. G.; Lorenzi, L. K.	Universidade Federal da Fronteira Sul	2023	Revista de Gestão e Organizações Cooperativas
Protagonismo Feminino no Agronegócio: Desafios e Oportunidades no Cooperativismo	Oliveira, A. M. V. L. C.; Santos, N. D.; Cabrera, R. D. P. L.; Brito, A. C.	Universidade de Rio Verde	2023	Revista Pleiade
Quintais Agroflorestais e Cooperativismo como Espaço de Resistência: Reflexões a partir do Trabalho das Mulheres da Cooperativa D'Irituia	Santana, E. J.	Universidade Federal do Pará	2024	Revista Macambira

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda que não tenha sido aplicado um filtro temporal para a seleção das obras, as publicações se concentram no período de 2014 a 2024. Tal fato indica que a discussão sobre a presença feminina no cooperativismo é relativamente recente e tem ganhado maior visibilidade nos últimos anos. Essa conjuntura pode estar relacionada à quantidade reduzida de trabalhos encontrados, já que o tema ainda está em processo de consolidação como objeto de investigação da literatura acadêmica.

Ademais, as instituições dos primeiros autores estão distribuídas em 8 estados distintos do território brasileiro. Dentre eles, apenas Minas Gerais e Santa Catarina concentram mais de um artigo, havendo 3 estudos provenientes de cada um desses estados. Destaca-se no caso mineiro o fato de que 2 artigos são da Universidade Federal

de Viçosa (UFV), única instituição que oferece um curso de graduação em Bacharelado em Cooperativismo. Por sua vez, Santa Catarina se sobressai por ser o estado com o maior número de cooperados do Brasil (OCB, 2024).

4.2 Relação entre os artigos e os princípios da governança cooperativa

Identificou-se que todos os artigos apresentam de maneira explícita ou implícita, elementos que podem ser relacionados com ao menos um dos princípios de governança cooperativa. Observa-se, em diferentes casos, tanto a presença quanto a ausência desses princípios nos contextos organizacionais abordados. Nesse sentido, é evidente que a adoção de alguns princípios, mesmo que de maneira não intencional, contribui significativamente para o aumento do envolvimento das mulheres nas cooperativas.

Entre os 12 artigos analisados, 58,33% (7 artigos) relataram explicitamente ações vinculadas ao princípio da Educação, sendo que, em pelo menos 4 deles (57%), as autoras identificaram avanços concretos na participação feminina, especialmente no aumento do interesse por processos decisórios e em programas de capacitação de lideranças (Baldissarelli *et al.*, 2018; Vedana *et al.*,2020; Salvaro *et al.*, 2014; Leite e Lorenzi, 2023).

Em contrapartida, nos cenários em que determinados princípios, como o da Transparência, são menos perpetuados, identificou-se que a limitada clareza sobre oportunidades de participação e o funcionamento das estruturas de poder nas cooperativas pode contribuir para a perpetuação de cenários excludentes. Apenas 5 artigos (41,66%) apresentaram evidências de práticas relacionadas à Transparência, o que sugere que a assimetria informacional ainda é um obstáculo considerável para a inserção feminina qualificada nas esferas de gestão.

4.2.1 Fatores que impulsionam a participação feminina no cooperativismo

Em Baldissarelli *et al*. (2018), é perceptível a inter-relação entre os princípios da Autogestão, Educação e Transparência. Nessa perspectiva, observou-se que o aumento

da participação das mulheres aconteceu após a formação do “Programa Mulheres Cooperativistas” e posteriormente com a constituição do núcleo de mulheres, que assim como, a primeira iniciativa, foram compostos por cooperadas, filhas e esposas de cooperados da Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL) e do Sicoob.

Nesses espaços as mulheres receberam capacitações e treinamentos voltadas a diversas temáticas envolvendo o cooperativismo e formação de lideranças. Essa conjuntura ampliou o acesso as informações e juntamente a formação propiciada pelas cooperativas, houve o aumento da participação nas assembleias e tomadas de decisões, sendo um reflexo disso, cinco participantes terem sido eleitas como delegadas da Sicoob.

Nessa perspectiva, Vedana *et al.* (2020) demonstram que a promoção de ações voltadas especificamente para as cooperadas contribui significativamente para o engajamento da participação feminina nas cooperativas, o aumento da compreensão acerca da gestão de suas próprias propriedades e para o desenvolvimento do empoderamento feminino. Essa constatação foi adquirida através de um estudo comparativo realizado na Lar Cooperativa Agroindustrial, no Oeste do Paraná.

Portanto, observou-se uma diferença no nível de empoderamento feminino entre as participantes do Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina, associadas da cooperativa, e outras mulheres vinculadas à organização, como esposas e filhas de cooperados. Ainda que a diferença identificada tenha sido sutil, o estudo revela que a participação nesta iniciativa impactou na autonomia e maior interesse na manutenção das atividades desempenhadas em suas propriedades.

A Organização do Quadro Social (OQS) destaca-se como um valioso mecanismo presente nas iniciativas abordadas por Baldissarelli *et al.* (2018) e Vedana et al. (2020). Ao promover canais de interação estruturados, a OQS pode atuar como um amplificador dos efeitos positivos das ações voltadas ao desenvolvimento e inclusão das cooperadas, auxiliando no aumento da comunicação e da transparência, assim como na melhoria de práticas educacionais.

A pesquisa desenvolvida por Salvaro, Estevam e Felipe (2014) contribui para evidenciar a articulação entre os princípios da Autogestão, Transparência e Educação, no contexto de três cooperativas rurais virtuais de Santa Catarina. Uma parte das associadas entrevistadas participou ativamente da dinâmica de constituição dessas cooperativas, que, segundo elas, exigiu diversas reuniões e articulações coletivas, sendo esse processo descrito como trabalhoso e complexo.

Essas cooperativas ofereceram capacitações voltadas à produção e comercialização de produtos para suas cooperadas, em busca de desenvolvê-las para uma atuação mais ativa em suas organizações. Ademais, essas ações favoreceram o acesso a informações que propiciam maior clareza em suas funções e na contribuição nas tomadas de decisões estratégicas. Por outro lado, aponta-se a necessidade de mais esclarecimento sobre os direitos das cooperadas, visto que foi algo relatado como um assunto de pouca compreensão por parte de um grupo de associadas.

Leite e Lorenzi (2023) apresentam a contradição entre o importante papel que as cooperadas desempenham na produção das instituições, nas áreas de hortaliças, agroindustrial e laticínios, e sua baixa participação em processos decisórios. Nesse cenário, mais da metade do quadro social das cooperativas é formada por homens, algo que reverbera na atuação em cargos diretivos, que são assumidos majoritariamente por pessoas do sexo masculino.

Os autores identificam a necessidade de ações pautadas em educação, que possibilitem a inclusão e desenvolvimento das associadas na gestão da cooperativa. Essa mesma questão é apresentada por Silva *et al*. (2023), que consideram a educação um mecanismo estratégico para o aumento da participação feminina nesses espaços. Evidencia-se assim a importância da transparência na disponibilização e acesso a informações sobre o funcionamento dos contextos organizacionais das cooperativas.

Por outro lado, Milani e Oliveira (2021) analisam a Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras, composta e gerida exclusivamente por mulheres. A constituição da Coopmaris possibilitou que um grupo de mulheres pudesse transitar

da informalidade para uma produção e comercialização mais estruturada. A promoção de capacitações com temáticas voltadas à comercialização, medidas sanitárias e direitos trabalhistas configura-se como medida fundamental para o fortalecimento institucional dessa cooperativa.

Santana (2024) investiga a atuação das cooperadas e esposas de cooperados em uma cooperativa voltada a quintais florestais no estado do Pará. A participação na cooperativa auxiliou na emancipação das associadas, bem como na construção de autonomia e empoderamento feminino das mesmas. Além disso, elas se enxergam como agentes relevantes nas tomadas de decisões, tendo protagonizado processos fundamentais para o avanço da cooperativa, como a compra da sede.

Contraditoriamente, em um relato revela-se que há momentos em que as vozes femininas não são devidamente consideradas, necessitando que homens tenham que intervir para que suas sugestões sejam validadas. Em outro cenário, quando questionadas sobre a participação em espaços externos de interação, como em negociações com parceiros, o grupo entrevistado revelou o sentimento de insegurança.

Essa questão pode indicar relação com a ausência de conhecimentos sobre comercialização de produtos, assim como com a falta de transparência em relação a determinadas dinâmicas da própria cooperativa. A carência de práticas educativas e transparentes manifesta-se como empecilho para o pleno envolvimento das cooperadas em sua organização.

Por conseguinte, Lopes *et al.* (2022) evidenciam que a problemática acerca da limitação de transparência no meio cooperativista ultrapassa o ambiente organizacional das cooperativas, estendendo-se a dados disponibilizados pelo Sistema OCB. Os anuários do cooperativismo trazem uma baixa especificidade de dados a respeito da participação das mulheres e da diversidade racial entre cooperados e funcionários. Essa lacuna compromete a visibilidade de grupos subvalorizados e prejudica a identificação de necessidades de políticas voltadas à inclusão e equidade.

4.2.2 A inserção feminina e manutenção organizacional das cooperativas

Baldissarelli *et al.* (2018) demonstram que a criação do "Programa de Mulheres Cooperativistas" e do núcleo de mulheres, são considerados meios para estimular a aprendizagem, interesse e participação das integrantes, orientada à promoção da equidade no contexto cooperativo. Essas iniciativas auxiliam no enfrentamento e reequilíbrio de desníveis sociais envolvendo homens e mulheres, que foram historicamente perpetuados na sociedade e que perduram até os dias de hoje.

Ações dessa natureza ampliam as oportunidades da participação feminina nas cooperativas, assim como, constituem estratégias conscientes de sustentabilidade organizacional. Essa conjuntura pode estar associada ao desenvolvimento profissional e do sentimento de valorização que as associadas podem sentir, sendo fatores que podem ampliar o interesse e capacidade de participação mais ativa.

Por outro lado, Oliveira *et al*. (2023) demonstram que apesar do aumento da participação feminina em cooperativas, as desigualdades impulsionadas por estruturas patriarcais persistem e são consideradas uma grande problemática, principalmente no cenário agropecuário. Muitas cooperadas seguem enfrentando ambientes discriminatórios, sofrem com a invisibilidade e dificuldade de conciliar a dupla jornada, marcada pelo trabalho doméstico, atividade amplamente associada às mulheres.

Vedana *et al*. (2020) identificam que o empoderamento feminino e a participação das cooperadas da Lar Cooperativa Agroindustrial são fatores essenciais para a manutenção da organização. Esse escopo, mesmo que específico, pode ser relacionado a outras cooperativas, principalmente as do ramo agropecuário. De acordo com a pesquisa, a presença de mulheres empoderadas e interessadas auxilia na promoção do processo sucessório. O engajamento das associadas estimula seus filhos a prosseguirem no âmbito cooperativista, favorecendo o surgimento de mais cooperados e novas lideranças.

Embora o princípio da Sustentabilidade esteja diretamente relacionado à perenidade das cooperativas, poucos artigos analisados exploram de forma

consistente como a inclusão de mulheres em cargos de liderança impacta na continuidade institucional. Este dado sugere uma visão ainda limitada sobre a sustentabilidade organizacional, restrita a aspectos econômicos ou ambientais, em detrimento da dimensão social.

Essa interpretação se alinha aos estudos de Magalhães e Hoeckel (2022), que revelam uma correlação positiva entre maior participação feminina nas cooperativas de crédito e melhores indicadores de desenvolvimento econômico regional. Os resultados do estudo mostram que os estados com maior número de mulheres associadas possuem maiores níveis de PIB per capita. Evidências como essa precisam ser mais valorizadas nas práticas e estratégias institucionais das cooperativas, reforçando o entendimento de que a promoção da diversidade de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também um fator de competitividade e sustentabilidade.

De forma análoga, Alves, Procópio e Gonçalves (2022) concluíram que a presença feminina na equipe de colaboradores em uma cooperativa de crédito do Noroeste de Minas Gerais é vital para o desenvolvimento do ramo de crédito. A Sicoob Credipinho possui o quadro funcional composto por 80 funcionários, dos quais 52 são mulheres. Além de serem maioria, elas estão presentes em diversas posições, relatam percepções positivas sobre igualdade salarial e poder de decisão. Enxerga-se então a presença do Senso de Justiça nesse contexto, que apesar de possuir objetivos focados no quadro social, também deve ser utilizado em ações voltadas aos funcionários.

Contudo, identifica-se a necessidade do aumento da promoção de capacitações e práticas de valorização profissional. Esses apontamentos devem ser considerados, em consonância com o princípio da Sustentabilidade, que utiliza atividades educacionais de maneira estratégica para o desenvolvimento de seus cooperados. Essa perspectiva também deve abranger os colaboradores que são parte crucial para a vitalidade da organização, especialmente as mulheres, que são maioria nessa cooperativa.

Logo, Silva *et al.* (2023) observam que ações pautadas em prol da promoção da equidade de gênero devem ser mais difundidas e concretizadas no âmbito do quadro

social das cooperativas rurais virtuais de Santa Catarina. Práticas que estimulam a atuação das associadas são fundamentais para a construção de um ambiente mais inclusivo, especialmente no cenário rural. Nesse contexto, as barreiras culturais e sociais enraizadas na sociedade limitam ainda mais a inserção das mulheres nas cooperativas, visto que os papéis atribuídos a homens e mulheres permanecem fortemente segmentados.

A invisibilidade enfrentada pelas mulheres no âmbito cooperativista também se manifesta na forma com que são representadas publicamente. Cardoso e Lopes (2021), através de uma análise de conteúdo de campanhas de comunicação das cooperativas Sicoob e Cresol, retratam em sua maioria mulheres inseridas no contexto rural. A representação das cooperadas é limitada, e se resume a papéis subordinados e estereotipados. Além disso, é perceptível a expressiva ausência de diversidade racial nas campanhas, fator preponderante para a reprodução de práticas excludentes. Identifica-se a carência do Senso de Justiça, refletida na comunicação institucional.

Lopes *et al.* (2022) destacam a forma limitada que a atuação feminina está presente no cooperativismo. A presença das mulheres é marcada pela sub-representação das cooperadas em cargos diretivos, baixa concentração de mulheres em ramos historicamente relacionados a atividades masculinas e pela predominância em setores ligados ao cuidado. Essas problemáticas comprometem não só o avanço da equidade de gênero, como também do fortalecimento e sustentabilidade das cooperativas, visto que a falta de inclusão da diversidade compromete a inovação, formação de novas lideranças e processos sucessórios.

4.2.3 Discussão dos Resultados

Apesar de todos os artigos analisados apresentarem elementos relacionados aos princípios da governança cooperativa, é notório que a maioria dessas menções ocorre de forma implícita. Esse cenário levanta questionamento importante: por que os autores não abordaram esses princípios de forma direta, mesmo quando claramente

discutem aspectos como equidade, participação democrática ou educação voltada ao quadro social? Tal ausência pode indicar uma lacuna na aplicação prática do conceito de governança cooperativa, ou ainda, uma carência teórica no domínio conceitual dos próprios pesquisadores sobre a governança adaptada ao contexto cooperativo.

Esse aspecto revela que, mesmo que as cooperativas adotem ações que promovem a inclusão feminina, tais iniciativas nem sempre são concebidas ou comunicadas sob a lógica estruturante dos princípios de governança. Isso reforça a necessidade de uma maior conscientização sobre o papel estratégico da governança cooperativa como instrumento de transformação social e de combate às desigualdades de gênero.

Conquanto existam iniciativas relevantes voltadas à promoção da equidade de gênero no cooperativismo, a ausência de uma abordagem sistemática e fundamentada nos princípios da governança cooperativa limita o alcance dessas ações. A aplicação isolada ou desarticulada dos princípios tende a produzir avanços pontuais, mas não estruturais, o que aponta para a importância de práticas de governança mais integradas e orientadas estrategicamente para a inclusão feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos 12 trabalhos, observou-se que os princípios da Autogestão, Senso de Justiça, Transparência, Educação e Sustentabilidade, quando devidamente aplicados, favorecem a inclusão das mulheres e impulsionam transformações na estrutura e cultura das cooperativas. A ampliação da participação das cooperadas é impulsionada, principalmente, por iniciativas educacionais, pautadas nos princípios da Educação, do Senso de Justiça e da Transparência.

Atividades voltadas especificamente às mulheres, como capacitações e programas de desenvolvimento, favorecem o fortalecimento da autoconfiança, sentimento de pertencimento e compreensão acerca do cooperativismo. Essa conjuntura dialoga com a Autogestão, que propõe que os associados devem atuar na direção de sua cooperativa,

posição que exige interesse, preparo e conhecimento. Tal articulação contribui com o principal objetivo do princípio da Sustentabilidade, a perenidade organizacional.

Além disso, compreende-se que as ações pautadas nos princípios de governança cooperativa devem ser estendidas ao quadro funcional das cooperativas, principalmente no que se refere ao Senso de Justiça. Os resultados sugerem que a equidade de gênero se caracteriza como um fator preponderante para a melhoria do desempenho das colaboradoras.

Contudo, evidencia-se que a participação feminina ainda é limitada, sobretudo em cargos de liderança. Ademais, ressalta-se a carência de dados específicos sobre a participação feminina em cooperativas, o que compromete a produção de diagnósticos mais precisos sobre o tema. Essa lacuna representou um dos desafios enfrentados na construção deste trabalho. Nessa conjuntura, essa pesquisa revela-se como uma contribuição para esse escopo de estudo, ampliando as perspectivas sobre a participação feminina no cooperativismo e evidenciando a necessidade de mais investigações.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Wasim; WU, Weiwei. Justiça organizacional, humildade do líder e o comportamento inovador de funcionários de serviços em uma cultura coletivista: o caso do Paquistão. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 23, p. 153-179, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgn/a/4GfrTt9xzTxzLyMdpjvRx8M/?format=html&lang=pt . Acesso em: 20 mar. 2025.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Blueprint for a Co-operative Decade. 2013. Disponível em: https://ica.coop/sites/default/files/2023-08/Blueprint%20for%20a%20Co-operative%20Decade%20-%20Portuguese.pdf . Acesso em: 13 mai. 2025.

ALVES, Karolyne de Castro; PROCÓPIO, Leandra Fernandes; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Cooperativismo e mulheres: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito de livre admissão do Noroeste de Minas Gerais. **Altus Ciência**, v. 14, n. 14, p. 221-246, 2022. Disponível em: http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/33. Acesso em: 20 mar. 2025.

AMARAL, Graziele Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Itinerarius Reflectionis**, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/22336 . Acesso em: 21 nov. 2024.

BALDISSARELLI, J. M. et al. A inserção das mulheres no cooperativismo Videirense. **Revista Visão**: Gestão Organizacional, Caçador (SC), Brasil, v. 7, n. 1, p. 80–94, 2018. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/1540 . Acesso em: 08 dez. 2024.

BESERRA, Antonio Felipe. Educação crítica e a construção do sujeito autônomo: uma abordagem filosófica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 479–491, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15101. Acesso em: 10 abr. 2025.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 1, p. 119–138, 2007. DOI: 10.1590/S0103-20032007000100006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/DzNgNRzyJtthrQySZdDfQfj/. Acesso em: 06 dez. 2024.

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães; LOPES, Ivonete da Silva. Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01-27, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/e43531. Acesso em: 22 mar. 2025.

CATTANI, Antônio David. **A outra economia**: os conceitos essenciais. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008. DOI: 10.1590/S0080-21072008000400001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44483. Acesso em: 13 abr. 2025.

DALLER, Vera Lúcia Oliveira. 2015. **O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: Coopergênero uma política pública de cooperativismo**. Disponível em: https://docplayer.com.br/29985483-Titulo-o-empoderamento-da-mulher-ea-igualdade-de-genero-coopergenero-uma-politica-publica-de-cooperativismo-autor-daller-v-l-o.html .Acesso em: 29 mar. 2025.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; OLIVEIRA, Mauro José de. Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. **Revista de Administração** FACES Journal, v. 7, n. 3, p. 48-63, 2008. DOI: 10.21714/1984-6975FACES2008V7N3ART123. Disponível em: https://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/123. Acesso em: 05 abr. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835. Acesso em: 31 mar. 2025.

GGHISLENI, Ana Carolina; SPENGLER, Fabiana Marion. A justiça como equidade na teoria de John Rawls: a mediação enquanto política pública de sua concretização. Desenvolvimento em Questão, v. 9, n. 18, p. 5-29, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2011.18.5-29. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/15. Acesso em: 09 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/ec.1446. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1446. Acesso em: 09 abr. 2025.

LEITE, J. G. D. B.; LORENZI, L. K. Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. e11, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/66716 . Acesso em: 25 mar. 2025.

LIMA, Sérgio Ferraz de. Introdução ao conceito de sustentabilidade, aplicabilidade e limites. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 1, n. 4, 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosnegocios/article/view/2150. Acesso em: 10 de abr. 2024.

LOPES, Ivonete da S. et al. Cooperativismo e objetivos de desenvolvimento sustentável: agenda para equidade racial e de gênero. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 18, n. 3, 2022. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6246 . Acesso em: 21 mar. 2025.

MACEDO, Alex dos Santos; SOUSA, Diego Neves de; AMODEO, Nora Beatriz Presno. A organização do quadro social na interface entre gestão empresarial e social de cooperativas. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 26, p. 177-205, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/752/75230998007.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2025.

MAGALHÃES, Karoline Marques; HOECKEL, Paulo Henrique. Cooperativismo de crédito feminino e o crescimento econômico regional no Brasil. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 13, n. 30, p. 01-19, jul.-dez. 2022. ISSN 2594-598X. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/13897 . Acesso em: 20 mar. 2025.

MILANI, A. M. R.; OLIVEIRA, R. S. de. Cooperativismo no bairro Vergel do Lago na Lagoa Mundaú - Maceió, Alagoas e a criação da Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras (COOPMARIS). PEGADA - **A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 263–280, 2021. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8473 . Acesso em: 21 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 15 set. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 06 set. 2026.

OLIVEIRA, Ana Márcia Vieira Leão Cabral et al. Protagonismo Feminino no Agronegócio: Desafios e Oportunidades no Cooperativismo. **Revista Pleiade**, v. 17, n. 40, p. 56-67, 2023. Disponível em: https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/939 . Acesso em: 16 mar. 2025.

OLIVEIRA, Bruna de; GUIMARÃES, Lucas José. A prática da governança em cooperativas: é possível fortalecer? **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 01-32, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/e43342. Acesso em: 13 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2024. Disponível em: https://portal.ocbes.coop.br/public/uploads/arquivos/20241002121925Anu%C3%A1rio-2024.pdf. Acesso em: 06 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Conheça o coop**. [s. d.]. Disponível em: https://somos.coop.br/conheca-o-coop. Acesso em: 12 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Manual de boas práticas de governança cooperativa**. 2022. Disponível em: https://www.somoscooperativismo.coop.br/file/nac/publicacoes/2022-11-18_Manual_Governanca_Cooperativa.pdf . Acesso em: 28 mar. 2025.

PAGE, Matthew J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, e112, 2022. DOI: 10.26633/RPSP.2022.112. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rpsp/2022.v46/e112/pt/. Acesso em: 01 abr. 2025.

RAMOS, Gizele Martins; MARTINEZ, Antonio Lopo. Governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 6, p. 143-164, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/787 . Acesso em: 03 abr. 2025.

SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia** - RBGE, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30. Acesso em: 29 mar. 2025.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, p. 390-405, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/zwnbC5BWrYPPP8YGybvTScT/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 21 out. 2024.

SANTANA, Eduardo Justino. Quintais agroflorestais e cooperativismo como espaço de resistência: reflexões a partir do trabalho das mulheres da Cooperativa D'Irituia. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081041, jan./dez., 2024. Disponível em: https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1228. Acesso em: 25 mar. 2025.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 1, n. 1, p. 33-48, 2006. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf . Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Mariza Lima Souza da et al. As mulheres no cooperativismo e nas cooperativas rurais. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 13, p. 161-171, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7214. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUSA, Diego Neves de et al. A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 2, n. 1, p. 57-77, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3295. Acesso em: 11 abr. 2025.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/17288338/Livro_Metodologia_da_Pesquisa_Cientifica_TOZONI_REIS . Acesso em: 08 jan. 2025.

TRINDADE, Luana Zanetti; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Uma análise da separação entre a propriedade e a gestão nas cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 16, p. 95–118, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/rco/article/view/52669. Acesso em: 06 abr. 2025.

VEDANA, Roberta et al. **Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no Oeste do Paraná: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustria**l. Ipea Boletim Regional, urbano e Ambiental, Edição Especial Agricultura 2020, p. 151-159, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10485/1/brua_23_artigo11.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

Contribuição de Autoria

1 – Estéfane Souza

Bacharela em Cooperativismo
https://orcid.org/0009-0009-3685-3658 - estefane.souza@ufv.br
Contribuição: Conceituação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição, Investigação, Curadoria de dados, Análise Formal, Visualização

2 – Mateus de Carvalho Reis Neves
Bacharel em Gestão de Cooperativas. Professor no Departamento de Economia Rural
https://orcid.org/0000-0001-5523-8663 - mateus.neves@ufv.br

Contribuição: Conceituação, Metodologia, Escrita – revisão e edição

Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Direitos autorais

Os autores dos artigos publicados pela RGC mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

Verificação de Plágio

A RGC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

Editores de seção

Ricardo Höher

Editora Chefe

Marcia Helena dos Santos Bento

Como citar este artigo

SOUZA, E.; NEVES, M. C. R. Participação feminina e os princípios da governança cooperativa: uma revisão sistemática. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 13, n. 25, e94632, 2026. DOI: 10.5902/2359043294632. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2359043294632.